

LINEAMENTI DI DIRITTO PUBBLICO CONTEMPORANEO NELLA PROSPETTIVA ITALO-BRASILIANA

ELEMENTOS DE DIREITO PÚBLICO
CONTEMPORÂNEO NA PERSPECTIVA
ÍTALO-BRASILEIRA

ORGANIZADORES
AUGUSTO NEVES DAL POZZO
BRUNO JOSÉ QUEIROZ CERETTA
FRANCESCO BILANCIA
INES CIOLLI





www.cej.com.br

Editores

André Saddy e Pedro Luiz Ferreira de Almeida

Conselho Editorial

André Saddy – Universidade Federal Fluminense (Brasil)

Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo - Escola de Direito do RJ da Fundação Getulio Vargas (Brasil)

Christian Alberto Cao – Universidad de Buenos Aires (Argentina)

Claudia Ribeiro Pereira Nunes – Yale University (Estados Unidos da América)

Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva – Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil)

Daniel Wunder Hachem – Universidade Federal do Paraná (Brasil)

Emerson Affonso da Costa Moura – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Brasil)

Irene Patrícia Nohara – Universidade Presbiteriana Mackenzie (Brasil)

José Eugenio Soriano García – Universidad Complutense de Madrid (Espanha)

José Sérgio da Silva Cristóvam – Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

Julián Pimiento Echeverri – Universidad Externado de Colombia (Colombia)

Orlando Vignolo Cueva – Universidad de Piura (Perú)

Pablo Schiavi – Universidad de la República / Universidad de Montevideo (Uruguai)

Reinaldo Funes Monzote – Universidad de Havana (Cuba)

Rodrigo Ferrés Rubio – Universidad Católica del Uruguay (Uruguai)

Sede: Rua Alcindo Guanabara n.º 24, sala 1405, Rio de Janeiro, RJ,
Centro da Cidade, CEP 20.031-915, Brasil

COORDENADORES

Augusto Neves Dal Pozzo
Bruno José Queiroz Ceretta
Francesco Bilancia
Ines Ciolli

LINEAMENTI DI DIRITTO PUBBLICO CONTEMPORANEO NELLA PROSPETTIVA ITALO- BRASILIANA: Elementos de Direito Público Contemporâneo na Perspectiva Ítalo-brasileira

AUTORES

Alberto Zacharias Toron – Alfredo Calderale – Alexandre Jorge
Carneiro da Cunha Filho – Alfredo Attié Junior – Antonio Araldo Ferraz
Dal Pozzo – Augusto Neves Dal Pozzo – Bruno José Queiroz Ceretta –
Cesare Pinelli – Edgard Guimarães – Francesco Bilancia – Gaetano
Azzariti – Helder Gonçalves Lima – Ines Ciolli – Ivan Lelis Bonilha –
João Negrini Neto – José Mauricio Conti – Marcelo Ribeiro do Val –
Marcio Cammarosano – Nelson Faria de Oliveira – Percival José Bariani
Junior – Thais Marçal

Rio de Janeiro
2025

Copyright © 2025 by Augusto Neves Dal Pozzo; Bruno José Queiroz Ceretta;
Francesco Bilancia; Ines Ciolli

Categoria: Direito Administrativo
Produção Editorial
Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)
Diagramação: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)
Capa: Júlia Almeida

O Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ) não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra, pelo seu autor, bem como esclarece que o padrão ortográfico e o sistema de citações e referências são prerrogativas do seu autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive, quanto às características gráficas ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei n.º 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei n.º 9.610/1998).

Todos os direitos desta edição são reservados ao Centro para Estudos Empírico-Jurídicos (CEEJ)

Impresso pela Bok2
Catalogação: Daniele Ferreira Alvarenga - CRB7 6873/RJ

Dal Pozzo, Augusto Neves

Lineamenti di Diritto Pubblico Contemporaneo nella Prospettiva Italo-brasiliana: Elementos de Direito Público Contemporâneo na Perspectiva Ítalo-brasileira / Augusto Neves Dal Pozzo; Bruno José Queiroz Ceretta; Francesco Bilancia; Ines Ciolli (coords.). – Rio de Janeiro: CEEJ, 2025.

428 p.;

Inclui Notas explicativas, quadros e referências.

ISBN: 978-65-84958-67-8

1. Direito Público – Itália-Brasil. 2. Desafios Institucionais Contemporâneos. 3. Direito Constitucional – Itália-Brasil. 4. Direito Administrativo – Itália-Brasil. I. Título. II. série.

CDD – 341.1211

Sumário

Breve apresentação dos autores	5
Prefazione	21
Prefácio	23

DIFESA DEI CONFINI NAZIONALI, IMMIGRAZIONE E TUTELA DEI DIRITTI UMANI. ESPERIENZE GIURIDICHE A CONFRONTO.....27

Alfredo Calderale

1. Diritto di emigrare e conflitti di classe	27
2. Accordi e “quasi accordi” dell’Unione europea e dei Paesi membri con Paesi terzi sul contrasto all’immigrazione irregolare.....	33
3. L’ esternalizzazione dei controlli nell’ ordinamento giuridico australiano e del Regno Unito.....	38
4. Il protocollo Italia-Albania per il rafforzamento della collaborazione in materia migratoria del 6 novembre 2023.....	43
5. Il contrasto all’immigrazione clandestina negli Executive Orders del presidente degli U.S. Donald Trump	55
6. La tutela giudiziaria dei diritti dei migranti e suoi limiti.....	71
7. Le recenti leggi brasiliane sull’immigrazione: dalla tutela della sicurezza nazionale alla tutela degli immigrati	75

DEMOCRAZIA PARLAMENTARE E COSTITUZIONALISMO

81

Cesare Pinelli

1. Premesse stipulative	81
2. Democrazia parlamentare e costituzionalismo fra teoria e storia. Cenni ricostruttivi.....	82
3. Il dover essere costituzionale relativo al funzionamento del rapporto	85
4. Il rovesciamento delle premesse sociali delle democrazie costituzionali	87
5. Regressioni costituzionali	88
6. Il caso italiano	89

NOTE SUL METODO NELLO STUDIO DEL DIRITTO PUBBLICO: DIRITTO E POLITICA, COSTITUZIONE SCRITTA, CONSTITUTIONAL MORALITY..... 93

Francesco Bilancia

1. Premessa	93
2. Del permanente rischio di sovrapposizione tra morale, diritto e giustizia	96
3. La Costituzione e il problema dell'effettività. Il ruolo necessario del consenso popolare	100
4. Ancora sul rischio di sovrapposizione tra diritto e morale.....	105
5. L'indefettibile ruolo della comunità politica e l'essenzialità democratica della sovranità popolare	109

PER UNA TEORIA DEI CONFLITTI.....117

Gaetano Azzariti

1. La risoluzione giuridica dei conflitti.....	117
2. La risoluzione autoritativa	118
3. Decisione autoritativa come pratica di governo.....	120
4. La neutralizzazione del conflitto: la risoluzione procedurale.....	122
5. Legittimare il conflitto: il paradigma costituzionale	125

COORDINATE MINIME SUL CONCETTO DI TERRITORIO

127

Ines Ciolli

1. Tra νομός, νόμος e Großraum.....	127
2. Il territorio nella storia delle istituzioni	130
3. La conservazione dei territori e la rappresentazione degli “spazi vuoti”	135
4. La tutela dei territori ove risiedono le minoranze linguistiche.....	140
5. Il recupero dell'identità territoriale locale attraverso la teoria dei beni comuni e degli usi civici	142
6. Cenni conclusivi.....	146

DIREITO PÚBLICO E CRISE DA DEMOCRACIA: UM ENSAIO SOBRE O PAPEL DA CONSTITUIÇÃO (ENQUANTO TEXTO ESCRITO E APLICADO) NA MANUTENÇÃO DAS REGRAS DO JOGO DEMOCRÁTICO 149

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho

1. Introdução	149
2. Falta de confiança da população no Estado e crise da democracia: ricos + povo x burocracia	150
3. O voto popular favorece uma Administração Pública eficiente?	155
4. Papel do Direito Público para a formação de um governo de todos (e não só de uma maioria)	160
4.1 A Constituição (estática)	161
4.2 A aplicação da Constituição (dinâmica): existe uma racionalidade jurídica indiferente à realidade)	162
5. Conclusão	165
Bibliografia	166

ESTADO ESTRUTURALMENTE COLONIZADOR: SEGURANÇA E FEDERALISMO 173

Alfredo Attié

1. Introdução	173
2. Território e Força: o Estado de Sítio Contemporâneo e seus Corpos Intermediários	175
3. Território e Poder: o Estado Moderno e sua base no Território e na Violência	214
3. Federalismo e Segurança: a Soberania e o Monopólio Legítimo da Violência	217
4. A Dinâmica da Força e a Capacidade do Poder: δύναμις e ενέργεια	219
5. A Segurança no Federalismo Brasileiro	221
6. Constituição Brasileira e Normas “Infraconstitucionais”	221
7. Violência em Dados	223
8. O Questionamento da Monopólio da Força: o Poder Inseguro	224
Conclusão	226
Indicações Bibliográficas	227

**OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL
SOB A PERSPECTIVA SISTÊMICA..... 231**

Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo

**ENSAIO SOBRE O ESTADO QUÂNTICO: SEUS
POSTULADOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... 235**

Augusto Neves Dal Pozzo

1. Introdução	235
2. Breve evolução histórica: do Estado moderno ao Estado quântico.	236
3. O conceito de Estado Quântico: fundamentos, potenciais críticas e cuidados metodológicos	237
4. A Importância Estratégica da Infraestrutura e a Transformação do Estado.....	242
5. O Estado Quântico e a contratação pública: uma aproximação necessária.....	246
5.1. Breve panorama da Teoria Relacional dos Contratos.....	248
6. Contratos administrativos e deveres públicos: a confluência com o Estado Quântico	249
7. Princípios constitucionais, interpretação evolutiva e as novas exigências do Estado.....	252
8. Conclusão	256
Referências bibliográficas	258

**O CONTROLE DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ENTRE OS ALGORITMOS E A
TRANSPARÊNCIA..... 261**

Bruno José Queiroz Ceretta

1. Introdução	261
2. Segredo de Estado: um conceito antigo.....	263
3 Segredos de Estado e acesso à informação.....	264
4. Inteligência artificial e segredos de Estado	268
5. Risco de Tecnocracia	270
6. Necessidade de “juridificação” da inteligência artificial.....	273

7. Conclusão	274
Referências.....	275

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E DA AGENDA 2030 277

Edgar Guimarães

1. Introdução	277
2. Objetivos do processo licitatório	278
3. Desenvolvimento sustentável e suas vertentes	282
4. Licitações e contratações públicas e o desenvolvimento sustentável no Brasil	284
4.1. Especificação do objeto a ser contratado	286
4.2. Licitações para obras e serviços de engenharia	287
4.3. Margem de preferência para produtos nacionais e bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis	288
4.4. Contratação de mulheres vítimas de violência doméstica e de egressos do sistema prisional	289
4.5. Ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho como critério de desempate	291
4.6. Contratação direta como instrumento de mitigação da desigualdade	292
5. Agenda 2030 e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratações públicas	294
6. Conclusões.....	297
Referências.....	298

A REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL: O SISTEMA TRIBUTÁRIO NO LEITO DE PROCUSTO 301

Helder Gonçalves Lima

1. A título de introdução.....	301
2. O IVA à brasileira.....	304
3. Pontos de fricção entre os dois sistemas.....	307
3.1 Reforma e Pacto Federativo	307

3.2. Reforma e o contencioso tributário administrativo e judicial. Tudo muda para que tudo permaneça como está.....	311
4. A reforma e a coleção de conceitos perdidos do atual sistema tributário	315
5. A reforma tributária de Procusto? À guisa de conclusão	316

REFLEXÕES SOBRE DEMOCRACIA, CIDADANIA DIGITAL E FAKE NEWS 319

Ivan Lelis Bonilha

Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.261	321
Conclusão.....	335

FEDERALISMO FISCAL: DESAFIOS ESTRUTURAIS, A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA E A BUSCA POR EQUILÍBRIO 339

José Mauricio Conti

1. Introdução	339
2. Fundamentos Teóricos e Elementos Essenciais do Federalismo	339
3. Aspectos Jurídicos e Práticos do Federalismo Fiscal Brasileiro Pré e Pós-Reforma Tributária	340
4. A Experiência Brasileira: Assimetrias e a Busca pelo Reequilíbrio ...	342
5. Comparativo Internacional: O Modelo Italiano	343
6. Impactos do Arranjo Fiscal nas Políticas Públicas Essenciais	347
7. Desafios e Perspectivas Futuras para o Federalismo Fiscal Brasileiro	350
8. Considerações finais	354
Referências bibliográficas	354

APONTAMENTOS SOBRE AS REFORMAS CONSTITUCIONAIS PARA A ALTERAÇÃO DA FORMA DE GOVERNO: EXPECTATIVAS PARA BRASIL E ITÁLIA 359

Marcelo Ribeiro do Val

1. Introdução	359
---------------------	-----

2. As origens do modelo de Estado Social-Democrático de Direito no Brasil e na Itália	362
3. O retorno do Decreto-lei como instrumento de desequilíbrio do Poder	365
4. Medida Provisória: o Decreto-lei “democrático”	367
5. As reformas constitucionais de 2001 e 2004 e o protagonismo do Poder Judiciário	369
6. A divisão política e social e o fim do protagonismo do Poder Executivo forte.....	372
7. Cenário atual e alguns elementos comparativos	374
Conclusão.....	378
Referências Bibliográficas.....	379

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE..... 381

Márcio Cammarosano

REGULAMENTAÇÃO DOS ACORDOS EM AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 389

Thaís Marçal

1. Introdução	389
2. Regulamentação dos Acordos de Não Persecução Civil (art. 17-b da LIA)	392
3. Reflexões sobre a regulamentação dos Acordos de Não Persecução Civil	394
4. Conclusão	397
Referências.....	398

TRANSCRIÇÕES..... 401

O PODER PUNITIVO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: PARADOXOS E PERSISTÊNCIAS NO DIREITO PENAL BRASILEIRO 403

Alberto Zacharias Toron

DEMOCRATIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL, SEGUINDO O EXEMPLO EUROPEU 409

João Negrini Neto

ESTADO DE DIREITO, ESTADO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: DESAFIOS NA ITÁLIA E NO BRASIL..... 413

Nelson Faria de Oliveira

CIDADANIA DIGITAL E DEMOCRACIA NA ERA DA DESINFORMAÇÃO: DESAFIOS JURÍDICOS E SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO 421

Percival José Bariani Junior